

Coordenadores:
Bolívar Lamounier
Fernando Henrique Cardoso

Textos de:
Armando Boito Júnior
Bolívar Lamounier
Carlos Estevam Martins
Fábio Wanderley Reis
Fernando Henrique Cardoso
Hélgio Trindade
Verena Martinez-Alier
Vilmar Evangelista Faria

OS PARTIDOS E AS ELEIÇÕES NO BRASIL

2ª Edição

CEBRAP/PAZ E TERRA



não autoritário, pelo menos "burkeano". Nestes termos, o partido "ideológico" em novembro foi Arena e não o MDB: o arenismo se apresentou mais estruturado, essa estruturação tendo como eixo um elitismo evocador da velha UDN.

Isto não quer dizer que o eleitorado emedebista possa ser caracterizado homogeneamente como "democratizante". Embora a inclinação majoritária esteja nesta direção; cumpre lembrar (ver Tabela 5) que 22% apóiam o voto indireto; que 52% (se obrigados a essa desagradável opção) preferem a eficiência à eleições; e que 38% não acreditam na maturidade dos eleitores. Além disso, como mostra a Tabela 6, os coeficientes *phi* são em geral mais baixos entre os emedebistas que entre os arenistas. *Substantivamente*, porém, é perfeitamente razoável argumentar que o perfil emedebista denota uma percepção mais coerente e mais realista, visto que a crítica quase unânime no plano econômico teve como contrapartida uma inclinação difusa mas também crítica no terreno político-institucional.

Embora vejamos no eixo restrição *versus* ampliação da participação popular uma das linhas divisórias mais nítidas entre os dois partidos, nas eleições de 1974, seria ingênuo imaginar que a visão restritiva, de raízes tão profundas na sociedade brasileira, seja privilégio do eleitorado arenista. Para uma eleitora do MDB, de 30 anos, curso colegial completo, "só os universitários deveriam votar e ser votados. Se fosse um povo esclarecido, culto e educado, poderiam escolher. Só os cultos devem escolher. Hoje, porém, o povo vota em quem paga". Em contrapartida, uma ex-udenista, 34 anos, também de nível colegial, dona de casa, eleitora de Carvalho Pinho e para quem "até hoje PTB é sinônimo de proletário", disse: "Como é que vocês fariam para entrevistar minhas empregadas? Uma vai votar naquele Lando Buzanca cafona, a outra não sabe em quem votar e vem perguntar para mim". Já uma terceira, também arenista, 38 anos, ginásial completo, esposa de um vendedor autônomo, expressou-se de maneira mais lacônica: "De dois anos para cá a coisa já não está tão boa".

VI. "As Correntes Livres do Psiquismo Coletivo"

Afirmamos no início que o problema de demonstrar o caráter diferencial, ao nível sócio-econômico, do comportamento eleitoral e das afiliações partidárias não exaure o problema de *explicar* a magnitude da votação oposicionista em São Paulo. Dizer que esta se explica pela simples existência de associação entre voto e posição sócio-econômica objetiva, dada a maior significação numérica dos estratos baixos, é desconhecer, entre outros, o complexo problema das linhas divisórias, mutáveis de eleição para eleição, que assinalamos na representação gráfica da figura 3. Embora, como insistimos repetidas vezes, o voto também se associe a formas

relativamente estáveis de consciência social, é indispensável reconhecer que uma inclinação majoritária tão extensa como a observada em São Paulo não se explica sem a interveniência de processos extremamente dinâmicos na formação das atitudes e percepções do eleitorado. Sob este aspecto, as questões cruciais são, ao nosso ver, as seguintes: porque uma maioria do eleitorado se apresentou insatisfeito e se definiu como parte do "povo" ou das camadas "desprivilegiadas" às quais se dirigia o apelo do MDB? Como explica a notável aceleração do apoio ao candidato do MDB ao Senado à medida que se aproximava a data das eleições? A explicação destes fatos encontra-se, segundo nos parece, na conjunção dos seguintes fatores: a) a expressão, pelos partidos, de clivagens sócio-econômicas amplas e relevantes; b) um efeito de aceleração e difusão peculiar ao processo de abertura de um sistema autoritário¹¹, efeito que se poderia chamar "retorno à realidade"; c) um efeito de aceleração devido a uma reversão de expectativas no campo econômico (reversão possivelmente almejada pelo próprio governo, tendo em vista a possível diminuição da taxa de crescimento face às dificuldades de origem externa). Além do primeiro destes três fatores, extensamente discutido neste artigo, parece-nos portanto que os resultados da eleição paulista requerem duas outras hipóteses: uma relativa à condução do processo político pelo governo Geisel e outra relativa a importantes mudanças nas expectativas econômicas da população (urbana, principalmente) nos últimos dois ou três anos.

É evidente que o governo Geisel introduziu importantes alterações no processo político brasileiro. Embora o processo de distensão, além de gradual, esteja sujeito a idas e vindas, pelo menos se deu início a uma etapa em que o desenvolvimento das instituições políticas deixa de ser tabu e passa a figurar entre as prioridades. O novo grupo dirigente dá mostras de haver percebido que os sistemas puramente autoritários tendem a alimentar-se de suas próprias fantasias e não demoram a pisar em falso. O que os cientistas políticos têm chamado de institucionalização não é, afinal de contas, mera ficção acadêmica, e tem como correlato fundamental uma contínua expansão do sistema de participação política, através de canais apropriados. Sem atribuir aos tais *policy makers* virtudes de onisciência, parece provável que o acontecimento eleitoral de novembro último se inscreva num quadro de mudança política induzida, prevista e desejada. O chamado "sistema", com ou sem entusiasmo, começou a livrar-se (se permanente ou temporariamente, é impossível saber) do pesadelo de seus próprios devaneios.

Porém, essa mudança de atitude por parte governo, se de fato ocorreu, não se formou o vácuo. Um dos elementos a configurá-la, e por si mesmo fundamental para explicar os resultados da eleição, terá sido uma

(¹¹) Ver a discussão deste problema em meu "Ideologia em Regimes Autoritários: Crítica a Linz", *Estudos*, nº 7, 1974.

recente e muitíssimo sensível mudança nas expectativas da população, em particular das camadas urbanas médias e baixas. Há dois ou três anos, se tanto, poucos no Brasil poriam em dúvida a noção de que o crescimento econômico é condição necessária e suficiente da legitimidade política. O que se viu em novembro foi precisamente a contestação dessa tese. Em parte pelo menos, o comportamento eleitoral refletiu um difuso sentimento de frustração e mesmo de insegurança econômica. Produto de crise internacional? Produto de uma deterioração já ocorrida na condição econômica de cada um? A pequena parcela de verdade que estas indagações podem encerrar não deve obscurecer uma dificuldade de interpretação muito mais profunda, a partir da qual, precisamente, podemos equacionar de maneira mais correta o velho debate sobre crescimento econômico e legitimidade política. Houve, segundo nos parece, uma mudança de *expectativas* muito mais generalizada do que nas situações ou oportunidades econômicas objetivas. Como explicá-la?

Em artigo recente, o economista Albert Hirschman apresenta uma espécie de fábula urbana que talvez contenha a chave do mistério¹². Propõe-se ele a analisar a tolerância da população para com a desigualdade na distribuição da renda durante certo período de crescimento econômico, e o faz imaginando como evoluiriam as expectativas dos indivíduos durante um congestionamento de tráfego dentro de um túnel. Há duas pistas no mesmo sentido, e ambas estão paradas. Os primeiros minutos transcorrem normalmente: todos acham que a demora será breve. Quando o tráfego numa das pistas começa a mover-se, a sensação dos motoristas retidos na outra pista não é de inveja, mas de alívio: o movimento ao lado indica que, logo, eles também poderão reiniciar sua marcha. Mas continuam parados, e a demora se prolonga, enquanto a outra pista regulariza seu movimento. O alívio inicial vai se transformando em suspeita de que há trapaça no jogo, de que a pista contígua está sendo indevidamente privilegiada. A moral da fábula é que, por si só, o crescimento do produto, por maior que seja, não mantém a população indefinidamente satisfeita, pois embora todos sejam chamados, haverá sempre muitos que não serão, ou não se sentirão, escolhidos.

Apêndice

A pesquisa eleitoral realizada no município de São Paulo em novembro de 1974 baseou-se numa amostragem probalística com três etapas: setor censitário, quarteirão e domicílio, sorteando-se neste último um informante maior de 18 anos. Com o fim de obter estimadores não viciados dos parâmetros populacionais correspondentes, foi feita a devida correção, que consistiu em ponderar as informações fornecidas pelo informante em domicílio pelo número de adultos residentes no mesmo. Outro ajuste foi feito no sentido de corrigir a super-representação de mulheres na amostra, quando confrontada com a distribuição dos adultos por sexo no município de São Paulo, conforme o censo de 1970.

(¹²) Albert Hirschman, "The Changing Tolerance for Income Inequality Economic Development", a ser publicado no *Quarterly Journal of Economics*.

PARTIDOS E DEPUTADOS EM SÃO PAULO

(O Voto e a Representação Política)

Fernando Henrique Cardoso

Existem poucos estudos sobre o sistema partidário em São Paulo no período em que a vida política regeu-se pela Constituição de 1946. A literatura disponível leva à crença de que o fenômeno político fundamental naquele período foi a emergência do populismo, mais do que a decantação de um sistema partidário estável. O ademarismo, primeiro, e, mais tarde, o janismo, parecem ter sido as forças dominantes da cena política. Por certo, também estes fenômenos foram pouco estudados. Um dos raros esforços para analisar seu alcance e suas bases sociais, feito por Francisco Weffort¹, mostra a complexidade do populismo quando se tenta vê-lo em termos de seu significado num sistema político que pretende basear-se sobre a representatividade e a legitimidade que devem ligar eleitores e eleitos.

Contudo, seria um tanto sumário pensar que o fenômeno do populismo dá conta da realidade político-representativa do que ocorreu em São Paulo até 1964. Entre os raríssimos estudos de comportamento eleitoral em São Paulo, o esforço pioneiro de Aziz Simão serve para mostrar que existia uma relação entre classe e partido desde as primeiras eleições realizadas depois da democratização de 45². E outra não foi, por certo, a conclusão a que chegou Weffort analisando o significado do populismo, embora distinguisse um sentido mais claramente classista no janismo do que no ademarismo.

* Boa parte das informações analisadas neste trabalho foi obtida através de entrevistas com informantes qualificados: jornalistas políticos e deputados. Agradeço a colaboração de todos e, especialmente de Bernardo Lerer, não só pelas informações que prestou como pela ajuda que me deu para entrevistar outros jornalistas.

(1) Weffort, Francisco C. - "Raízes sociais do populismo em São Paulo". Rio de Janeiro, *Revista Civilização Brasileira*, nº 2, 1964.

(2) Ver Simão, Aziz - "O voto operário em São Paulo", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 1, 1956.

Por outro lado, seria ingênuo pensar que no período anterior a 1964 o sistema democrático-representativo operou no Brasil sem limitações. Especialmente depois da declaração de ilegalidade do Partido Comunista, em 1947, e da cassação dos representantes daquele partido, as legendas dos partidos populares (principalmente dos que se autodesignavam como “trabalhistas”, que foram vários), e às vezes até de partidos conservadores, passaram a abrigar “candidatos populares”, que era a fórmula pela qual a votação comunista se expressava. E este fenômeno foi eleitoralmente significativo: basta lembrar que o PC tinha maioria de representantes na Câmara Municipal de São Paulo quando ocorreram as cassações subseqüentes à decisão de torná-lo ilegal. A mesma tendência ocorreu em outras cidades mais industrializadas.

A partir dessa época, sob o governo Dutra, o sistema de partidos funcionou muito controladamente. Atestados de ideologia para a inscrição de candidatos, impugnações eleitorais sob a acusação de que os candidatos mantinham ligações com o PC, constituíram moeda corrente na época.

Ao lado disto, fazia-se toda forma de transações políticas para disputar um eleitorado, dito então “progressista”, que se não era aceito em suas próprias e marcantes cores, parecia palatável quando desbotado em aliança com o PSP, o PTB e até mesmo o PSD.

Apesar desta óbvia limitação ao jogo da representatividade e da legitimidade, as legendas partidárias expressavam certa coerência em termos da votação que elas recebiam. Por isto mesmo a incapacidade dos partidos populares em São Paulo – a área mais industrializada do país – e especialmente do PTB, para aglutinar estavelmente um eleitorado que parecia disponível, e a emergência de lideranças que algo tinham de “selvagens” – na medida em que irrompiam com a força de um protesto que vinha de baixo, mas não definiam formas de atuação capazes de garantir a continuidade destas pressões e a fidelidade àqueles que lhes davam origem, como a trajetória de Jânio Quadros atesta – sempre deixou perplexos os analistas.

Não vem ao caso discutir neste capítulo as razões da incapacidade demonstrada para organizar partidos de massa em São Paulo. Já aludi ao fato de que depois da declaração de ilegalidade do PC deixou de haver competição entre os partidos trabalhistas e o único partido que começara a organizar-se e a lançar bases junto ao operariado, o que tornou mais fácil uma política oportunista dos partidos populares. Posto à margem o PC, os outros partidos populares sabiam que o eleitorado que ele representava ou sobre o qual influía, acabaria por engrossar suas legendas. Por outro lado, e este fator deve ter pesado mais do que o anterior, havia interesses nacionais, no caso do PTB, que contrariavam as tendências favoráveis à constituição de um real partido de massas em São Paulo. O controle do trabalhismo por Getúlio Vargas e depois por João Goulart, requeria na luta interna do PTB, uma secção paulista relativamente fraca. Ela era minada, ainda mais, pelo empreguismo e pelo tráfico de influências que, na linguagem jornalística ficou conhecido na época como “ressão

“fisiologismo”, que foi a marca da tendência dominante no PTB paulista, que se acomodou nos quadros de um partido clientelístico mais do que de um partido de massas.

Foi neste contexto de marginalização dos setores ideológicos que poderiam influenciar o comportamento de massas, de populismo e de fidelidade partidária do trabalhismo por causa de interesses de grupos que lutavam pelo controle nacional do PTB, que se desenvolveu o processo eleitoral paulista. As disputas pela liderança interna do PTB a nível nacional e o clientelismo oportunístico de lideranças pouco comprometidas com os interesses políticos da massa de empregados e trabalhadores que o partido formalmente dizia representar, fragmentou o PTB paulista entre o personalismo e o prestígio de uns poucos líderes secundários e o controle da máquina pela deputada Ivete Vargas. Esta, confundindo os interesses maiores da massa eleitoral trabalhista graças ao prisma de seus interesses políticos pessoais imediatistas, coibia o desenvolvimento partidário e aceitava – sob a condição de garantir boa votação pessoal e tráfico de influências – alianças e políticas que transformavam o PTB em pouco mais do que uma outra sigla entre os muitos trabalhistas paulistas.

Nelê existiram, contudo, tendências que não se resumiam ao populismo e à perversão do sistema representativo. Os dados relativos às eleições para a Assembléia Legislativa que abaixo se transcrevem, na Tabela I, mostram uma tendência que até certo ponto era *oposta* ao que ocorria na política nacional: o grande eixo das alianças que dominou a política nacional³, PSD – PTB, perdeu força sistematicamente em São Paulo.

Alguns partidos, como a UDN, PRP e até certo ponto o PR pareciam ter capacidade para disputar uma faixa do eleitorado e mantê-la, enquanto outros, como o Partido Socialista e o Partido Democrata Cristão aumentavam sua votação. Fenômeno à margem deste processo por causa do porte do partido, ocorria com o PSP, de Ademar de Barros.

Este partido surgiu com força nas primeiras eleições de 47, elegeu seu líder governador com a votação comunista e, uma vez no poder, *organizou-se* em termos que discutirei mais adiante, mantendo-se forte mesmo depois que o janismo minou suas bases populares com a eleição para a Prefeitura de 1953. Entretanto, depois da eleição de Jânio para o governo de São Paulo, em 1954, o PSP conseguiu recuperar-se, elegendo Ademar prefeito de São Paulo e, mais tarde, novamente governador, em concorrência com o próprio Jânio (depois da renúncia à presidência).

(3) Na Câmara Federal estes dois partidos alcançaram os seguintes resultados em número de deputados:

| | 1945 | 1950 | 1954 | 1958 | 1962 |
|-----------------------|------|------|------|------|------|
| P. S. D. | 151 | 112 | 113 | 117 | 119 |
| P. T. B. | 22 | 51 | 60 | 62 | 111 |
| Total da Câmara | 286 | 304 | 326 | 326 | 409 |

TABELA I
Composição dos Partidos na Assembléia Legislativa

| Anos | PSP | PSD | PTB | PR | PTN | UDN | PSB | PDC | PRP | PST | PRT | PI | PCB | ED | Total |
|---------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------|--------------|------------|-------------|------------|------------|--------------|----|-------|
| 1947. | 12.0 (9) | 34.7 (26) | 18.7 (14) | 4.0 (3) | - | 12.0 (9) | - | 2.7 (2) | 1.3 (1) | - | - | - | 14.7 (11) | - | (75) |
| 1950... | 25.3 (19) | 12.0 (9) | 16.0 (12) | 4.0 (3) | 12.0 (9) | 13.3 (10) | 2.7 (2) | 6.7 (5) | 2.7 (2) | 1.3 (1) | 2.7 (2) | 1.3 (1) | - | - | (75) |
| 1954... | 22.7 (17) | 14.7 (11) | 10.7 (8) | 9.3 (7) | 9.3 (7) | 9.3 (7) | 5.3 (4) | 5.3 (4) | 4.0 (3) | 4.0 (3) | 4.0 (3) | 1.3 (1) | - | - | (75) |
| 1958... | 17.6 (16) | 7.7 (7) | 6.6 (6) | 7.7 (7) | 11.0 (10) | 10.0 (9) | 6.6 (6) | 12.1 (11) | 5.5 (5) | 6.6 (6) | 6.6 (6) | 2.2 (2) | - | - | (91) |
| 1962... | 17.4 (20) | 10.4 (12) | 10.4 (12) | 11.3 (13) | 16.5 (19) | 9.6 (11) | 1.7 (2) | 10.4 (12) | 6.1 (7) | 8.7 (10) | 7.8 (9) | - | - | - | (115) |

Fontes: TSE, *Dados Estatísticos*, Volume 1, 2, 3, 4 e 6.
Em 1962, há duas importantes coligações: PSP-PSD, com 20 deputados eleitos e PTN-MTR, com 19.

Por outro lado, o declínio do PTB se deu com a expansão concomitante de novas legendas "populares": PTN, PRT e PST ⁴.

Não vem ao caso para os fins deste capítulo discutir o que significaram realmente estas legendas. Não existe no período considerado uma história dos partidos que sirva de apoio para a análise. Os estudos e informações disponíveis, principalmente através da crônica jornalística, insistem no "personalismo" sob que assentavam vários destes partidos, na incoerência de seu comportamento político quando se consideram as diferenças de comportamento de um mesmo partido nas várias regiões do país, e nas alianças que a imprensa qualifica como "eleitoreiras", em que entravam. Refiro-me não apenas aos três partidos antes mencionados, mas também aos "grandes partidos" e às facções como o MTR, que foi originário de uma cisão no PTB capitaneado por Fernando Ferrari, quando disputou a vice-presidência com Goulart:

O ziguezague político de algumas destas legendas corrobora este estilo de análise. O PST, por exemplo, foi fundado em 1946 sob o nome de Partido Proletário do Brasil, surgindo também como dissidência do PTB, liderada por um membro da Executiva Nacional, sr. Luiz Augusto de França. A legenda foi apoiada, por motivos de lutas locais e de escassez de outras legendas, por fortes caciques políticos, como Vitorino Freire no Maranhão. Este se aliou ao PR de Pernambuco e à dissidências do PSD de Sergipe e do Pará, constituindo um partido de certa importância eleitoral. Até 1947 o mesmo nome de Partido Proletário do Brasil encobria uma força política clientelístico-conservadora que crescia em áreas quase exclusivamente rurais... Naquela data é que passa a chamar-se Partido Social Trabalhista. Em 1953 Vitorino Freire volta ao PSD e abandona a presidência do PST que passa para Luiz Martins e Silva que depois a passa a Sylvestre Péricles de Góis Monteiro, o grande cacique de Alagoas; para, a partir de 1958, vir a ser controlada pelo industrial de São Paulo Oswaldo Junqueira Ortiz Monteiro. Este passou a aliar-se (pouco importa para nossa análise com que interesses e por que meios) com o "progressismo", o trabalhismo e o populismo.

Não foi distinta a trajetória do PRT, em termos de ziguezagues de seu percurso. Nasceu ligado a grupos protestantes do Rio, em 1945, como Partido Republicano Democrático. Recebeu apoio do líder protestante santista Guaracy Silveira, que foi seu presidente até 1954. Recebeu a adesão do general Pinto Aleixo, que era do PSD. Além disto, o partido ligou-se, desde a Constituinte ao PSP. Em 1958, Ugo Borghi – que fora getulista histórico da época do "queremismo" de 1945 ("Constituinte com Getúlio"; "queremos Getúlio"), – assumiu o controle do partido e batizou-o com o nome de Partido Rural Trabalhista (PRT), talvez para recordar o "escândalo do algodão" em que estivera envolvido ou por

(4) As informações históricas sobre estes três partidos, encontram-se em Phyllis Peterson, *Political Parties in Brazil* (Ph. D. thesis – Ann Arbor Microfilms).

causa de suas atividades empresariais agrárias em Goiás... De qualquer modo, nas mãos do agricultor-especulador Ugo Borghi o PRT, assim como o PST nas mãos do industrial Ortiz Monteiro, passou a atuar na faixa do eleitorado "progressista", popular e trabalhista.

De igual modo o PTN (Partido Trabalhista Nacional), surgiu independentemente do trabalhismo, como Partido Republicano Progressista, liderado pelo deputado espírito Romeu de Campos Vergal. Este mantinha ligações estreitas com o PSP. A partir de 1949, Emílio Carlos e Ugo Borghi lutam pela liderança do partido. Em 1950, Emílio Carlos assume a presidência e controla o partido até 1959, colocando-o também na mesma faixa de atuação do PRT e do PST em São Paulo, ora aliando-se ao PSP, ora ao PTB.

Em resumo, para os fins que aqui interessam, é preciso salientar que apesar das incongruências e incoerências de comportamento dos partidos e da discrepância entre os propósitos programáticos deles e os interesses pessoais de seus líderes, houve em São Paulo toda uma gama de legendas que se não se constituíram como reais partidos, atuavam entre a faixa dos trabalhistas e dos progressistas, recolhendo os votos da massa popular. É de assinalar que a presidência nacional do PST, do PRT e do PTN terminou controlada por políticos paulistas.

Na medida em que os interesses internos do PTB impediram a emergência de uma forte secção paulista e que a exclusão comunista e o peso do personalismo populista condicionaram a vida político-eleitoral do estado, surgiram com certa força, porém fragmentadas, tendências várias para abrigar tanto os interesses pessoais ou de grupos na partilha do aparelho de Estado como para dar vazão ao comportamento eleitoral de massas, embora contendo-o pela fragmentação e desnaturando-o pela disputa por objetivos menores.

Merece destaque neste quadro o caso do PSP. A meu juízo existem diferenças importantes entre este partido e os outros partidos populares. Ele nunca foi propriamente – nem no nome, nem no estilo de atuação que lhe foi próprio – um partido de tipo "trabalhista", mesmo em comparação com os desfigurados trabalhistas de São Paulo. Creio que o PSP foi uma estrutura partidária mais "real" que os trabalhistas paulistas, se por este qualificativo se quiser expressar que existia uma máquina partidária e através dela expressavam-se interesses mais ou menos organizados ("excusos" ou não, pouco importa para o que quero assinalar). De fato, o PSP foi criado, um pouco como o PSD nacional, a partir do aparelho estatal. Entretanto, ele expressou, desde o início um fenômeno de "insubordinação paulista"; o chefe político do grande estado (posto a escanteio no fim do Estado Novo) não quis alinhar-se no grande partido clientelístico-estatal, de porte nacional que era o PSD. Pagou um preço para voltar a controlar a máquina estatal em 1947: aliou-se aos comunistas e teve que criar um partido, uma base clientelística que se mantinha mesmo quando o partido estava aliado da máquina estatal. Nunca se baseou, entretanto, em sindicatos e reivindicações trabalhistas, como o

PTB, nem por outro lado confundiu-se inteiramente com setores do aparelho estatal, como o PSD. Ao contrário, organizou-se, utilizando o estado, mas dele diferenciando-se. Esta estruturação permitiu ao partido e ao ademarismo sobreviver nos momentos em que o partido perdeu o controle dos postos oficiais.

Não gostaria de estender estas considerações históricas, mas vale a pena transcrever dois trechos de uma entrevista dada por um dos líderes do partido, sr. Mário Beni, que mostram como Ademar usou o estado para fortalecer seu partido, mas como, ao mesmo tempo, organizou-o:

"É claro que o PSP quando elegeu o governador, não tinha a totalidade do estado de São Paulo, porque elegeu apenas 9 deputados. O PC fez 11, o PSD fez 26, mas o PSD vinha de um governo. Presidiu às eleições com o governo, então levou muita vantagem (nas eleições de 1947), mas depois de 47, o governador, então Ademar, em determinado período, foi substituindo os prefeitos, por decretos, porque as eleições de prefeitos só viriam no fim de 48, quando se elegeu o vice-governador Novelli Jr. Ele (Ademar) destituía os prefeitos e nomeava para prefeitos correligionários seus e foi se fortalecendo. Quando vieram as eleições, as municipais, esses que comandaram o executivo dos municípios, lideraram as eleições e deu ao PSP uma vitória fabulosa. Daí começou a sua ascensão".

"As zonas de influência do PSP eram todo o estado. As zonas de influência dos candidatos a deputados estaduais e federais, do PSP, eram diversificadas, porque aqui há um detalhe muito importante que fez parte de uma tese muito debatida, mas que ninguém quer refutar (sic): é que o PSP tinha por norma estabelecer zonas de influência dos candidatos a deputado, como se faz no regime de distritos regionais, como há na França, Inglaterra, Itália; há distritos regionais, por exemplo, eu fazia política na zona Mogiana, então seguia o meu distrito, eu não tinha nada que buscar votos em Presidente Prudente, Bauru, Sorocaba. Minha zona é aquela, então eu seria representante da zona como realmente fui durante quatro legislaturas. Naquela zona não falta nada, porque eu trabalhava só para ela, porque ela me deu os votos. Da mesma maneira o PSD estabelecia regiões para outros candidatos, como por exemplo: Luciano Nogueira Filho no novo estado de São Paulo, que é Oswaldo Cruz, Marília, Tupã, aquela zona nova etc. Outro como Plácido Rocha foi grande deputado muitas vezes. A zona dele era Araçatuba, Birigui, aquela zona toda por lá. Geraldo Barros era São Manoel, Botucatu; Carvalho Sobrinho, Botucatu. Eles iam para Avaré, iam para Itapetininga, então nós tínhamos quase uma divisão total do partido. Isto acontecia pelo seguinte: não havia o que acontece muitas vezes, numa cidade pequena como Casa Branca, aparecer 150 ou 140 candidatos para disputar 3 000 votos. Então acontece que a cidade fica sem deputado, porque ninguém se elege, isso pela falta de distrito".

(Entrevista concedida a Anete Maria Alves Onça e outros alunos do curso de Ciências Sociais da USP.)

O aspecto que se sublinha na caracterização usual do PSP é o de que ele foi um partido populista e fez uso do estilo de clientelismo tradicional.⁵ Entretanto, esta caracterização não esgota o sentido do PSP. Ele foi também o partido do "rouba, mas faz". Este "fazer" significou um marcado cunho empresarial ao estilo do capitalismo dos *tycoons*. Neste sentido o PSP também possibilitou a participação de setores sociais em ascensão nos negócios do estado e na função do lobbyismo. Não se deve esquecer que na caracterização política feita pela opinião conservadora, ou melhor elitista, o PSP era o partido "dos turcos". E, de fato, por intermédio dele, alguns descendentes de imigrantes (e não só de origem árabe) enriquecidos com a guerra e a industrialização, passaram a atuar na política paulista e a fazer negócios junto ao estado.

Neste sentido – à parte juízos morais – o PSP foi de fato "progressista", se quisermos tomar o qualificativo despidido de conteúdo ético e social. Foi talvez o primeiro partido que fez em São Paulo a ligação entre um novo estilo de capitalismo e as camadas populares ou pequeno-burguesas que não eram captadas pelos conteúdos mais radicais (para o quadro da época) do social-trabalhismo ou da esquerda.

Convém acrescentar ainda que no panorama político paulista os outros dois tipos de partido que disputavam o eleitorado foram, por um lado, os que poderiam ser chamados de mais puramente "conservadores", embora distinguindo-se entre si quanto a pontos importantes, e por outro, os partidos de tipo ideológico. Dentre estes últimos seria possível dizer que um, o Partido Socialista Brasileiro, apresentou certa tendência de crescimento até às eleições de 1962, época em que o janismo havia desarticulado um tanto suas bases sindicais e populares. O outro partido de cunho ideológico, o Partido de Representação Popular, também apresentou consistência quanto ao número de votos que recebia, mas desfigurou sua tendência ideológica (derivada do antigo integralismo) para integrar-se no quadro mais tradicional do clientelismo, aliando-se ao PSP, ao PSD e a outras tendências mais tradicional-conservadoras do que ideológico-direitistas. Outro foi o caso do Partido Democrata Cristão, que merece um parágrafo à parte pela importância que teve.

O P D C foi fundado no Brasil graças à iniciativa de Cesarino Júnior, professor de direito do trabalho na USP. Nascera um pouco como o P S B, mais como um movimento de intelectuais do que como um partido de massas. Cesarino foi derrotado em 1947 e terminou desligando-se

(5) "Você é Secretário da Educação, você teve uma irmã professora, com capacidade, você não vai deixar ela pra trás se você reconhece nela capacidade, dentro da lei, você a protege", Mario Beni, em depoimento pessoal; ou ainda: "o seu pai chega pra mim e diz: eu vou votar pra você. Você arranja um lugar pra minha filha". Vem depois o resgate dos compromissos. Porque o governo o que é? É uma grande empresa onde tem colocação pra muita gente". Trecho do depoimento de Mario Beni.

do partido. Entre 1949 e 1950 um grupo de militantes católicos da JUC, JOC e da Ação Católica, influenciados por Alceu do Amoroso Lima e pelo êxito de outros partidos Democrata-Cristãos na América Latina, resolveu entrar para o PDC e disputar a liderança que estava nas mãos de políticos profissionais. Queiroz Filho e Franco Montoro, ambos professores universitários paulistas integraram-se desde a primeira hora ao grupo de Amoroso Lima e passaram, depois de árdua luta interna, a controlar o partido, que já tinha alguma expressão, contando inclusive com o vereador à Câmara Municipal de São Paulo, Jânio Quadros. Jânio permaneceu no PDC até sua eleição para governador. Na época da campanha, Jânio que se opusera fortemente a Getúlio junto com o PDC e a UDN, teve encontros com o presidente e isto (além de desentendimentos anteriores) levou à ruptura entre ele e o partido. O episódio demonstra que o grupo dirigente do PDC quiz marcar um estilo não "eleitoralista" de participação política. Por certo, depois da eleição de Ademar para a Prefeitura de São Paulo houve nova aproximação entre o PDC e Jânio Quadros. O partido fez-se presente em seu secretariado e terminou por apoiá-lo junto com a UDN, à presidência.

Estes elementos da história do PDC e episódios de sua atuação política ajudam a caracterizá-lo. O PDC tentou ser um "partido ideológico", não tanto em termos de ser um "partido cristão", como de ser um partido democrata. Entretanto, mais ainda do que democrata, o PDC era um partido dos "homens de mãos limpas". Isto levou-o aos braços do puritanismo "de classe média", que Jânio representou em certa época, bem como o levou a aceitar a UDN (também "de mãos limpas" e, muito a seu modo, elitista-democrática) como parceria normal em várias conjunturas políticas. Diferentemente do janicismo, contudo, o PDC nunca chegou a ter "apoio de massas" e também diferentemente da UDN, a classe média que o apoiava era menos tradicionalista e mais profissionalizante e técnica. O PDC a continuar sua evolução - teria sido um grande partido dos setores "modernos" das classes médias urbanas, talvez com algum apoio no sindicalismo de aspirações católicas. Cabe assinalar, entretanto, que o período de "ascensão da política de massas", com Jânio e Goulart, deixou marcas sérias no partido e houve nele tendências mais ideologizantes que apoiaram o reformismo radical, com inspiração cristã, mas em aliança política com o trabalhismo, o nacionalismo e o esquerdismo da época.

Por fim, os três partidos chamados conservadores, o PR, o PSD e a UDN dividiam um eleitorado que diferia entre si consideravelmente, embora acoimado homogeneamente como conservador. O PSD estruturou-se em São Paulo como o grande partido de clientela ligado à máquina burocrática federal: à Caixa Econômica Federal, às Coletorias, às Seções de Imposto de Renda etc.. Ao lado dessa máquina (que, diferentemente do PSP não chegava a autonomizar-se do estado), existiam interesses do grande capital financeiro e interesses agrários que se articulavam com o PSD. Foi, por sua incapacidade de obter vinculações de

massa e pela fraqueza relativa da máquina burocrática federal em São Paulo, um partido fraco e francamente declinante. Na última fase, apresentava-se às eleições sempre em chapa conjunta, com o P.S.P., com o P.R. ou com o P.R.P.

O P.R. tampouco logrou estruturar-se estavelmente. Os dados da Tabela I mostram que ele cresceu, mas seu crescimento deveu-se à incorporação ao partido, por motivos eleitorais, de representantes do setor bancário, como o sr. Lauro Natel. Ficou pois o P.R. em situação similar à do P.S.D. apenas utilizando, para manter-se, as máquinas de prefeituras locais ou de secretarias de estado obtidas pelo P.R. como retribuição de alianças com outros partidos que estavam no governo, como o PSD e o PSP.

Dos três partidos a que fiz referência como sendo “conservadores” e não “ideológicos da direita”, sociologicamente o mais interessante, em São Paulo, foi a U.D.N. Nascida no bojo do movimento que derrubou Getúlio Vargas, a União Democrática Nacional passou a expressar em São Paulo o ponto de vista de uma elite ilustrada, de tendência nitidamente liberal-democrática, mas favorável à “democratização restrita” socialmente. Nenhum outro núcleo de opinião expressou melhor na época a tendência paulista da U.D.N. do que um órgão que formalmente não pertencia ao partido: o jornal “O Estado de São Paulo”. Embora em termos dos interesses de classe dificilmente a U.D.N. pudesse ser considerada tão “capitalista” quanto o P.S.P., era ela quem simbolizava para o trabalhismo e para as massas (por causa de seu antigetulismo, antiademarismo e antinacionalismo) o “partido dos cartolas”. Foi preciso o carisma dissolvente de Jânio Quadros para desfazer – muito momentaneamente – o estereótipo quando apoiou Carvalho Pinto (que nunca foi da U.D.N.) para sucedê-lo; seu candidato logo foi acoimado de “udenista” e “cartola”. Jânio, em comício histórico na Vila Maria (periferia de São Paulo que era seu reduto eleitoral) colocou uma cartola na cabeça e dirigiu-se aos “cartolas de Vila Maria”. Passado o episódio e eleito Carvalho Pinto, a U.D.N. continuou a ser considerada como o partido dos verdadeiros cartolas, estereótipo que se reafirmou quando o governador Carvalho Pinto indicou seu sucessor, o udenista José Bonifácio Coutinho Nogueira.

Entretanto, se houvesse pesquisas para comprovar a origem social dos eleitores da U.D.N. elas provavelmente acusariam a qualidade dos votantes como sendo a de pertencer às “classes médias tradicionais”, principalmente urbanas (e especialmente, de educação mais elevada do que a média). Por certo, a UDN também tinha vinculação com o interior e com fazendeiros. Mas, outra vez, a qualidade de pertencer ao “patriciado tradicional” e não mais às classes economicamente dominantes locais, seria mais importante do que outros fatores.

De qualquer forma, a U.D.N. de São Paulo era, junto talvez com o P.D.C., o que existia como organização política da classe média que vivia *fora do aparelho do Estado*. Neste sentido, continha de fato germens

que a habilitavam, formalmente, a ser um partido que *agregava interesses* da sociedade civil.

Esta rápida e algo impressionística caracterização dos partidos que disputavam o eleitorado paulista até à criação, por decisão militar, do sistema bipartidário permite fazer algumas ilações que tornam a vitória do M D B em 1974 menos surpreendente. De fato, a chance que se dava em São Paulo para o controle político do estado por forças não populares e especialmente não trabalhistas devia-se a dois fatores: à fragmentação do trabalhismo e ao caráter mistificador (em termos de expressão de classe), do populismo, especialmente ademarista. A estes fenômenos agregue-se que o ademarismo, como se viu, era além de "populista", uma organização partidária e, desta forma, podia captar mais estavelmente o inconformismo das bases e podia oferecer soluções clientelistas às necessidades de amplos setores de massa.

A primeira vez que irrompeu em São Paulo com mais força um fenômeno político-popular de rebeldia foi com a eleição de Jânio Quadros à prefeitura, quando a periferia da cidade (o fundo do tacho da sociedade) faz-se presente na vida política (1953). Isto ocorreu na capital paulista, num momento em que além da movimentação política existente nas fábricas, nos sindicatos e nos bairros operários (veja-se a força eleitoral do P C e do P T B e, mais tarde as greves (em 1953) e grandes passeatas "da Panela Vazia", começavam a existir problemas que não eram expressos por aqueles partidos: o dos moradores das vilas, criadas pela reativação da grande migração nordestina, mineira e do interior do estado para a capital, atraídos pela industrialização, que se acelerou ainda mais depois de 1930. Jânio Quadros tornou-se, daí por diante, o líder do "tostão contra o milhão" que lhe valeu a prefeitura, a governança e, mais tarde, numa explosão nacional, a presidência da República.

À fragmentação dos partidos popular-trabalhistas, somava-se assim uma fragmentação da própria estrutura social: aqueles puderam, quando muito, expressar interesses de setores "antigos" e organizadores das classes trabalhadoras; agora havia um novo proletariado e uma considerável massa que exercia ocupações urbanas, semiproletárias, mas não necessariamente fabris.

Não houve em São Paulo outro líder, senão Jânio Quadros, cuja aversão aos partidos tornava-o incapaz para criá-los, que fosse capaz de agregar estes interesses diversos. E nenhum partido quis ou foi capaz de fazê-lo.

O argumento que estou desenvolvendo neste aspecto é simples: a disposição da massa para votar contra os grandes partidos "tradicionais" ou "burgueses" existiu sempre. Se falhas houve para captar esta força política elas se deram ao nível das lideranças e dos partidos – e, especialmente, de seu relacionamento com o Estado. Pois bem, o AI 2 jogou esta massa potencialmente disponível diante de uma opção: recusar todo o sistema, votando em branco ou nulo, ou apoiar o partido que, na repre-

sentação popular, pudesse significar – ainda que tênue e simbolicamente – reivindicações trabalhistas (ou melhor, aspirações sociais) e uma ordem política não elitista e portanto não comprometida com o Estado. A lógica do bipartidarismo *somada* a certo grau de liberdade (ainda que muito condicionada, como se viu na análise da campanha) e ao convencimento de que as eleições seriam para valer (ou seja, pelo menos no plano expressivo teriam reconhecimento), levaria à vitória *estrondosa* do “partido popular”. Este, no caso, foi o MDB.

O quadro abaixo mostra que desde 1966 a votação do MDB, somada aos votos branco e nulos, garantiria a existência de um partido forte em São Paulo:

TABELA II
Câmara dos Deputados – SP

| | 1966 | 1970 | 1974 |
|------------------|-----------|-----------|-----------|
| Arena | 1 407 410 | 2 627 422 | 2 028 581 |
| MDB | 1 222 573 | 902 713 | 3 413 478 |
| Branco | 963 712 | 1 223 941 | 1 194 225 |
| Nulos | 486 116 | 646 822 | 481 584 |
| Total | 4 079 811 | 5 400 898 | 7 117 868 |
| Eleitores | 4 901 494 | 6 548 835 | 8 024 599 |
| Abstenções | 821 683 | 1 147 937 | 906 731 |

Entretanto, a relação entre massa, classe e partido não é unívoca e transparente na situação brasileira. Desde o passado o Estado surge como polo aglutinador quase único da sociedade. O relacionamento entre estes dois termos do processo histórico dava-se através de elites que (como as poucas exceções assinaladas, que ademais eram apenas parcialmente exceções) manipulavam legendas e favores para obter o intercâmbio entre eleitores e massa por um lado e partidos e Estado pelo outro. Uma desconfiança básica e, por vezes, a apatia, continuavam a permear o comportamento político das massas. Um fenômeno como o janismo servia de catalizador momentâneo dessa desconfiança. Era quase uma alternativa de repúdio a “tudo que aí está”, um caldo de cultura para, independentemente do próprio líder, criar um eventual fascismo. Apenas setores limitados das classes populares entravam em contato, no dia a dia, com as funções protetoras dos políticos e mercadejavam no jogo de *trade off* típico entre favores e votos.

O golpe de 64 e seus desdobramentos acentuaram estas características. Na medida, contudo, em que a urbanização e a industrialização continuaram e que houve o que alguns sociólogos chamam de “modernização” das formas de comportamento de massas, formou-se uma situação

contraditória em que, por um lado, se acumulam as desconfianças de classe (expressão que indica no nível subjetivo a inconformidade dos assalariados e da massa urbana com os *efeitos* de estilo de crescimento econômico "pervertido" que aparece ao homem comum em termos de carência de vida e perda relativa da capacidade de compra graças ao controle salarial e à inflação) e o distanciamento da massa diante do que a política e o Estado representam. De outro lado, desenvolve-se uma atitude de espreita, à procura da brecha para demonstrar o inconformismo inespecífico da massa.

Foi preciso portanto que se criasse uma conjuntura favorável à credibilidade pelas massas de que o momento havia chegado para que o peso do protesto aparecesse graças à transferência dos votos brancos e nulos para o partido que simbolizava a oposição. Este momento deu-se, por um lado, porque entre as elites no poder deixou de haver consenso quanto à necessidade de congelar o comportamento eleitoral e disto resultou certo afrouxamento do sistema político, e, por outro lado, porque as *condições objetivas* do processo sócio-econômico brasileiro eram favoráveis à oposição. Mas deu-se também porque o MDB na campanha soube expressar símbolos que atraíram o eleitorado e marcou seu distanciamento do Estado (enquanto a Arena foi com ele confundida, para desdouro do próprio Estado...).

Se esta interpretação for certa, ela quer dizer que o M D B teve um papel que foi menos o de *representar* os interesses de grupo ou de classe definidos, e mais o de *simbolizar* um protesto ⁶. Por certo ao usar uma determinada linguagem o M D B permitiu que lhe fosse atribuído um significado pelo eleitorado e objetivamente começou a parecer o que lhe atribuíram. Mas para que este processo reverta *estavelmente* em benefício do M D B é preciso que ele agregue, de fato, interesses das classes que nele votaram, que se organize e se vincule aos setores civis que apoiaram a linguagem que ele usou.

Portanto, a eleição em São Paulo não pode ser interpretada, só porque o M D B recebeu uma votação diferenciada de classe como se ela significasse que o partido automaticamente *representa* estes interesses. Por enquanto ele os simbolizou, especialmente no ato da eleição, ou seja, quando os eleitores deram, graças a sua adesão maciça, *outro sentido* à legenda. Para que este outro sentido se estabilize e se corporifique numa organização partidária o caminho a percorrer é enorme.

Convém, pois, indagar as diferenças existentes entre o M D B. e a Arena, a partir de características dos deputados que se elegeram nestas legendas. Tentarei comparar também (dentro das limitações de uma son-

(*) Não estou negando nesta interpretação o que o resultado da análise do *survey* que fizemos no CEBRAP demonstrou: que há uma relação entre comportamento eleitoral e classe. Estou apenas especificando a natureza desta relação.

dagem rápida que fiz), as bases eleitorais presumíveis dos candidatos dos dois partidos, bem como os mecanismos de mobilização política que utilizaram.

Sobre este problema as questões a serem colocadas são inúmeras. Neste capítulo vou limitar-me a fazer uma caracterização breve do MDB e da Arena em função dos deputados que os dois partidos elegeram à Câmara Federal e à Assembléia Legislativa. Os dados que a seguir são comentados provêm de informações indiretas sobre os deputados: noticiários de jornal, informações existentes no Tribunal Eleitoral, entrevistas com repórteres e jornalistas especializados na cobertura da campanha e do plenário das assembleias e entrevistas com informantes qualificados. O levantamento que fiz não vai além de uma primeira aproximação. Contudo, talvez seja possível, por intermédio dele, começar a perguntar sobre as diferenças entre os dois partidos em termos das bases políticas de seus deputados, do estilo de suas campanhas e dos instrumentos de pressão e vinculação com os eleitores que utilizaram. A linha diretriz da análise que segue é simples: o ato eleitoral de 15 de novembro de 1974 significou um protesto importante em São Paulo; será que ao descarregar o peso da votação no partido oposicionista os eleitores selecionaram *de fato* (ou seja, dadas as circunstâncias que precederam as eleições e a forma de seleção dos candidatos partidários) *representantes* que ao menos pela forma como se vinculam ao eleitorado asseguram certa coerência entre o sentido de protesto das eleições e a atuação político-partidária dos eleitos? Noutros termos, admitindo embora que o M D B. antes das eleições era quase apenas uma legenda, será que graças ao comportamento eleitoral de protesto passou a ter condições iniciais para vir a organizar-se como partido e portanto, para aspirar a representar estavelmente os interesses políticos de suas bases?

Por certo a resposta a estas questões não pode ser dada *apenas* a partir do tipo de análise que os dados que disponho autorizam a fazer. Dependerá de muitas outras circunstâncias, algumas ligadas ao sistema político nacional e às óbvias restrições e arbitrariedades que o sistema militar desfez nele. Outras dependem da capacidade de liderança dos políticos eleitos, e da imaginação que demonstrem para decantar formas de atuação que renovem constantemente na massa de eleitores a crença de que seu protesto e suas aspirações podem canalizar-se pelo partido da oposição. Isto requer disciplina partidária e sobretudo lealdade ao mandato popular oposicionista recebido. Não discutirei neste capítulo nenhum destes problemas. Limitar-me-ei portanto apenas a começar a responder a indagação mais geral acima proposta, verificando se existem diferenças de fato entre os deputados da Arena e do MDB e se estas constituem pista inicial para aprofundar, no futuro, linhas de conduta política autenticamente divergentes entre o que vai ser o partido do governo e o da oposição.

Para começar, convém indagar sobre a experiência política *anterior* dos deputados eleitos em 15 de novembro. Poder-se-ia pensar que a vaga

larga margem na Assembléia Legislativa – trouxe para a vida política uma nova coorte de representantes sem passado político. A ser verdadeiro este processo ele traria o benefício da renovação e as dúvidas sobre a direção dela: tanto poderia significar um saudável arejamento decorrente da emergência no primeiro plano da cena política de homens diretamente “ligados às bases”, como a avalanche de um oportunismo facilitado pelo voto “a la cacareco”. Os dados disponíveis não confirmam entretanto, a hipótese da brusca renovação:

TABELA III

**Câmara Federal: Experiência Política Anterior
dos Candidatos Eleitos em São Paulo em 1974**

| Experiência Política Anterior | Arena | M D B |
|-----------------------------------|-----------|-----------|
| Reeleitos | 12 | 9 |
| Deputados Estaduais | 3 | 3 |
| Vereadores | - | 7 |
| Vice-prefeitos | - | 1 |
| Ex-deputado Federal | 1 | 1 |
| Ex-vereador | - | 1 |
| Ex-candidato Câmara Federal | - | 3 |
| Ex-candidato Vice-Prefeito | - | 1 |
| 1ª eleição a que concorre | 1 | 2 |
| Sem informação | - | 1 |
| Total dos Deputados | 17 | 29 |

TABELA IV

**Assembléia Legislativa: Experiência Política Anterior
dos Deputados Eleitos em São Paulo em 1974.**

| Experiência Política Anterior | Arena | M D B |
|-------------------------------|-----------|-----------|
| Reeleitos | 20 | 9 |
| 1ª Eleição (*) | 3 | 5 |
| Vereador | - | 19 |
| Ex-vereador | - | 3 |
| Ex-deputado | 1 | 5 |
| Ex-candidato(**) | 1 | 3 |
| Ex-prefeito | - | 1 |
| Total | 25 | 45 |

(*) 1ª eleição: não dispomos de registro que indique ter exercido ou tentado função eletiva anterior.

(**) Ex-candidato: a uma ou mais posições eletivas, sem êxito.

NB.: A frequência de anteriores funções foi feita considerando-se a posição de maior projeção eleitoral, obtida anteriormente pelo deputado nesta ordem: ex-deputado, ex-prefeito e ex-vereador.

Como era de se esperar, a mobilidade dos deputados foi maior no MDB do que na Arena. Entretanto, mesmo no MDB nota-se uma esmagadora predominância de eleitos que tinham experiência política anterior. O que chama a atenção nas Tabelas III e IV é o número de vereadores ou ex-vereadores que foram promovidos através do MDB à Assembléia ou mesmo à Câmara Federal. Este resultado não pode ser interpretado sem esclarecimentos e reservas, pois sem eles, daria a impressão de que através do MDB houve *de fato* um início de renovação profunda no sentido de que os políticos mais ligados às bases subiram à cena estadual e nacional. Embora este processo seja real e inegável, ele espelha também uma situação contingente que, até certo ponto, significou uma limitação à tendência que o eleitorado favoreceu: a seleção dos candidatos pelo partido levou a uma promoção quase automática dos escalões mais baixos, mas, ao mesmo tempo, limitou o acesso à lista de candidatos por parte de pessoas que não pertenciam em 1974 à máquina partidária.

Esta espécie de "democracia restrita", que traz em seu bojo os germes de uma oligarquização na burocracia partidária deu-se porque o condicionamento político nacional a *favorece*, dada a descrença que ele gera no sistema partidário e o descaso conseqüente na seleção de candidatos, bem como o desinteresse por parte de eventuais candidatos e das bases na renovação de quadros. Com a exceção da forma pela qual se deu a escolha do candidato do MDB ao Senado – que levou à luta democrática na convenção – a formação das listas de candidatos à Câmara e à Assembléia fez-se no ambiente morno da descrença geral nas eleições, e dentro das restrições impostas pelo AI-5. Prevaleceram, portanto, interesses de políticos que já atuavam no MDB, os quais embora legítimos, não sofreram o risco de uma competição interna mais aberta, que dependeria da apresentação para a lista de candidatos de nomes de políticos que não fossem já vereadores ou deputados. Se esta tendência se perpetua, a "lei de ferro" das oligarquias se imporá à máquina burocrática do MDB inapelavelmente.

De qualquer modo, o fato mesmo de que tantos ex-vereadores passarão a desempenhar funções politicamente mais complexas na representação do MDB predispõe o partido a acolher interesses mais próximos às pressões de base (à condição, naturalmente, de que estas passarão a existir...).

Quando se trata de buscar indicadores sobre a posição social presumível dos candidatos dos dois partidos na estrutura da sociedade brasileira, vê-se, também, que a democratização em curso é limitada do ângulo social.

Chama a atenção a ausência gritante de trabalhadores na representação dos dois partidos. Há, é certo, líderes sindicais no MDB (na Assembléia e na Câmara), mas trata-se de advogados dos trabalhadores ou de representantes de sindicatos de empregados e não diretamente de trabalhadores. Por outro lado, como desde o Império, prevalece entre as profissões (ou pelo menos em termos da escolarização dos deputados) o

número dos que cursaram escolas de direito, sendo de considerar que o grupo dos "profissionais liberais" tanto na Câmara como na Assembléia tem segura maioria no cotejo com outras ocupações. O único grupo que se lhe segue é o dos *empresários*, especialmente na Câmara Federal. Apenas na Assembléia Legislativa – e graças à bancada do MDB – surgem com mais peso ocupações "da classe média não tradicional", como radialistas, bancários e contadores, ao lado de funcionários públicos. Estes representantes, em conjunto, presumivelmente indicam que a "baixa classe média" – ou seja os setores das "camadas intermediárias" que não se li-

TABELA V

Ocupação dos Deputados Eleitos em 1974 em São Paulo

| | Câmara Federal | | Assembléia Legislativa | |
|------------------------------------|----------------|-----------|------------------------|-----------|
| | Arena | M D B | Arena | M D B |
| <i>Empresários</i> | | | | |
| - Empresários (inespecífico) | 2 | 2 | 3 | 2 |
| - Industriais | 1 | - | - | - |
| - Comerciantes | 1 | 3 | 2 | 2 |
| - Fazendeiros | 3 | 3 | 1 | 1 |
| - Banqueiros | 1 | - | - | - |
| Sub-total | 8 | 8 | 6 | 5 |
| <i>Profissionais Liberais</i> | | | | |
| - Advogados | 2 | 15 | 9 | 13 |
| - Médicos | 1 | - | 4 | 2 |
| - Engenheiros | - | - | - | 1 |
| - Dentistas | 2 | 1 | 2 | - |
| - Agrônomos | - | 1 | - | 1 |
| - Economistas | 2 | - | - | 1 |
| - Professores | 1 | 1 | 3 | 3 |
| Sub-total | 8 | 18 | 18 | 20 |
| <i>Funcionários Públicos</i> | | | | |
| - Delegado de Polícia | - | - | - | 1 |
| - Oficial do Exército | - | - | - | 1 |
| - Tabelião | - | - | 1 | - |
| - Funcionários | - | - | - | 7 |
| Sub-total | - | - | 1 | 9 |
| <i>Empregados</i> | | | | |
| - Bancários | - | 1 | - | 2 |
| - Radialistas | 2 | 2 | - | 3 |
| - Contadores | - | - | - | 1 |
| Sub-total | 2 | 3 | 0 | 6 |
| <i>Sem informação</i> | - | - | - | 5 |
| TOTAL | 17 | 29 | 25 | 45 |

Nota: Estas informações são meramente indicativas. Alguns deputados classificados como *advogados*, por exemplo, são bacharéis em direito, que não exerceram a profissão. Foram classificados como *médicos* deputados que são ao mesmo tempo fazendeiros ou funcionários públicos. No caso dos radialistas, um é também bacharel em direito e outro comerciante. Entre os *advogados* alguns são também professores ou jornalistas. Por fim, entre os *empresários* da Arena dois são formados em engenharia e dois em medicina e outro é advogado. E entre os *empresários* do M.D.B. um é engenheiro, outro advogado. A classificação tal como aparece na tabela considerou o que parecia ser a ocupação atual ou principal dos deputados.

gam diretamente às classes dominantes (ao contrário dos que desempenham ocupações de nível universitário tradicionais, como médicos, engenheiros e, até certo ponto, advogados) – constitui a base da pirâmide social tal como ela aparece nas Câmaras.

Por certo a distância entre a estratificação existente entre os deputados – medida muito precariamente pelas ocupações presumíveis – e a estratificação da sociedade brasileira em São Paulo é outro indicador de que a representação das classes e grupos sociais ainda faz-se por intermédio de “procuradores” e não por homens vindos diretamente da base da sociedade. Cumpre destacar nesta função o papel dos advogados, especialmente quando estão ligados a sindicatos. E não é desprezível a função no mesmo sentido que têm certos “médicos humanitários”.

Creio que não é preciso abundar em exemplos e detalhes analíticos para mostrar que mesmo uma explosão de protesto como a que caracterizou o 15 de novembro último encontra barreiras na sociedade – e na estrutura dos partidos – para expressar-se diretamente. Este argumento não pretende negar legitimidade à representação que assim se faz, mas mostrar o muitíssimo que há por caminhar no sentido de criar um processo social de democratização real entre nós. Se é certo que o MDB, mais do que a Arena, abriga deputados que provêm de ocupações típicas da “baixa classe média” e, como se verá adiante, procura fazer alguma ligação entre os setores da sociedade civil das classes populares e o sistema político, ele, deste ângulo, ainda está longe de poder apresentar-se como um *partido popular*, apesar do êxito retumbante das últimas eleições.

Apesar desta ressalva, quando se procura aquilatar a capacidade relativa dos dois partidos para vincular-se com a “sociedade civil” – ou seja, com associações civis, clubes, à associações profissionais, sindicatos, ou mesmo a grupos minoritários mais ou menos organizados, como alguns grupos étnicos – as diferenças entre os dois partidos começam a perfilar-se.

É nítida a vantagem do MDB em termos de sua vinculação com entidades de classe e, especialmente, com as entidades que representam (ou pretendem representar) interesses da camada popular e dos assalariados. A Arena parece ter-se mantido restrita à representação dos profissionais liberais e das classes proprietárias do interior. Por certo, candidatos derrotados devem espelhar uma realidade mais matizada. As eleições contudo descartaram as aspirações à representatividade destes candidatos e, por outro lado, também entre os candidatos derrotados do MDB havia mais políticos vinculados a sindicatos.

(1) Uma nota bizarra nas ocupações dos deputados é que o partido da oposição abriga o único oficial do exército e o único delegado de polícia eleitos em São Paulo. Esta contradição é, entretanto, apenas aparente, pois ambos elegeram-se graças a bases eleitorais que pouco têm a ver diretamente com suas ocupações.

De igual modo, no que se refere às ligações dos deputados com minorias religiosas, étnicas ou regionais, o MDB avanta sobre a Arena. Salvo no caso das denominações protestantes cujos eleitores se distribuem entre os dois partidos e dos japoneses que têm fortes ligações com o oficialismo, os demais grupos estão mais representados no MDB do que na Arena. Convém considerar que entre os candidatos derrotados também havia representantes de minorias e convém chamar a atenção para o fato de que pelo menos um deputado aparece ostensivamente como representante dos nordestinos de São Paulo.

A complexidade do sistema representativo numa sociedade como a paulista e a diversidade de grupos – bem como a emergência contínua na cena política de interesses mais ou menos organizados de novos grupos – são fenômenos que merecem estudos bem mais aprofundados do que os elementos mínimos aqui apresentados. É provável que na articulação da

TABELA VI

Vinculação dos Deputados com Associações Profissionais,
Órgãos de Classe ou Clubes
(Eleições de São Paulo, novembro de 1974)

| Câmara e Partidos Tipo de Associações | Câmara Federal | | Assembléia Legislativa | |
|--|----------------|--------|---------------------------|--------|
| | Arena | M D B. | Arena | M D B. |
| Associações de Medicina | - | - | 1 (*) | - |
| Associações de Dentistas | 1 | - | 1 | - |
| Associações de Professores | - | - | 1 | - |
| Associações Rurais | 2 | - | - | - |
| Associações de Município | 1 | - | - | - |
| Institutos de Engenharia | - | - | - | 1 (*) |
| Associações de Funcionários Públicos | - | - | - | 1 |
| Associações de Delegados de Polícia | - | - | - | 1 (*) |
| União de Diretores de Ensino Médio | - | - | - | 1 |
| Associação de Professores Primários | - | - | - | 1 (*) |
| Associação de Bancários | - | 2 | - | - |
| Unões de Artistas | - | - | - | 1 |
| Sindicatos de Ferroviários | - | 1 | - | 3 |
| Sindicatos de Metalúrgicos | - | 1 | - | - |
| Associações ou Sindicatos de Empregados ou Trabalhadores (vários) | - | 2 | - | 1 |
| Clubes Esportivos | - | 1 | 2 | - |
| Total | 4 | 7 | 5 | 10 |

(*) Considerou-se como *vinculado* o deputado que é ou foi membro da diretoria das associações ou que tenha recebido sustentação eleitoral das entidades. A anotação em asterisco significa que o apoio da entidade presumivelmente não foi importante para a eleição do deputado.

TABELA VII

Vinculação dos Deputados com Grupos Confessionais,
 Minorias Regionais, Grupos Étnicos ou Raciais
 (Eleições em São Paulo, novembro de 1974).

| Grupos | Câmara Federal | | Assembléia Legislativa | |
|--------------------|----------------|-------|------------------------|-------|
| | Arena | M D B | Arena | M D B |
| Protestantes | 1 | 1 | 1 (*) | 1 |
| Espíritas | - | - | - | 1 |
| Maçonaria | - | - | - | 1 |
| Japoneses | 2 | 1 | - | 2 |
| Negros | - | 1 | - | 1 |
| Judeus | - | - | - | 1 (*) |
| Nordestinos | - | 1 | - | - |
| Total | 3 | 4 | 1 | 7 |

(*) A notação em asterisco significa que o apoio não foi presumivelmente importante na eleição do deputado. Não há registro da influência de associações sírio-libanesas, embora haja cinco descendentes de sírio-libaneses e um libanês naturalizado na Arena, além de um descendente no M D B.

campanha dos deputados e na composição das “dobradinhas” (isto é, das alianças eleitorais) a variedade e a força das associações voluntárias, dos grupos religiosos e das minorias étnicas e regionais seja bem grande. Não pude coligar dados seguros, por exemplo, sobre o papel da Associação de Amigos do Bairro nas eleições, mas é certo que nas grandes cidades (em São Paulo, sobretudo e no A.B.C.) elas foram importantíssimas. Por tudo quanto pude informar-me, apesar das pressões oficiais, estas associações deram o peso de seu apoio a deputados do MDB. Assim, quando em análise que se fará adiante sobre a forma de mobilização de votos aparecerem referências a temas importantes como bandeira reivindicativo-eleitoral ou a defesa de interesses específicos de regiões, a mediação das associações de amigos de bairro deve ser considerada para entender-se como se enraíza na sociedade civil o prestígio pessoal de um deputado.

Vejam agora, à luz das informações disponíveis, o modo pelo qual, na campanha, os deputados articularam recursos políticos para obter a votação. As tabelas que apresento a seguir não têm mais do que força indicativa. Será necessário um trabalho mais minucioso que veja em termos dos cálculos eleitorais como cada deputado somou seus votos: áreas rurais ou urbanas, seções mais ou menos populares, votações concentradas ou dispersas etc.. Não obstante, a classificação dos deputados de cada partido nos itens que se seguem foi feita apenas quando a informação permitia base segura e era confirmada por vários dos informantes entrevistados:

TABELA VIII

Deputados Eleitos em São Paulo em 1974:
Forma Preferencial Presumível de Mobilização Eleitoral

| Base de Mobilização | Nº de Deputados nos dois Partidos | | | |
|---|-----------------------------------|--------|------------------------|-------|
| | Câmara Federal | | Assembléia Legislativa | |
| | Arena | M D B. | Arena | M D B |
| Apoio em Empresas ou Fortuna Pessoal | 3 | 3 | 4 | 2 |
| Apoio na Máquina do Estado (em secretarias ou por intermédio da Arena) | 7 | - | 11 | - |
| Apoio na Máquina do Partido, independentemente do Executivo Estadual | - | 6 | - | 13 |
| Apoio de Associações Profissionais ou de Classes | 1 | 4 | 2 | 5 |
| Apoio de outras Associações Voluntárias (clubs, minorias) | 3 | 3 | 1 | 5 |
| Prestígio Pessoal, baseado no exercício profissional (médicos, professores), na defesa de temas ou de interesses de grupos ou regiões (excluídos aqueles expostos nos outros itens) | 3 | 13 | 7 | 18 |
| Total | 17 | 29 | 25 | 43(*) |

(*) Há que somar dois sem informação.

Na forma de mobilização eleitoral, o partido da oposição – por razões óbvias – aparece como uma máquina que se distingue do Estado e que para manter-se lança mão de recursos de mobilização da sociedade civil. É certo que no caso dos deputados federais o mesmo número de candidatos dos dois partidos usou recursos de fortuna para eleger-se. O peso relativo deles é, entretanto, menor no MDB do que na Arena. Por outro lado a ação da Executiva Estadual do MDB e da comissão coordenadora da campanha substituiu a inexistente base burocrático-estatal do partido, com a diferença radical de que seu uso é legítimo numa contenda democrática. O acesso à televisão, a escolha de áreas preferenciais para os candidatos, as dobradinhas e outros recursos de mobilização eleitoral constituíram a arma dos candidatos que se apoiaram na máquina do partido. Aqui possivelmente caibam as mesmas reservas anteriormente feitas quanto à “democracia interna” do MDB, mas em confronto com a Arena, sua mobilização aparece neste aspecto, como mais legítima e como necessariamente mais vinculada a processos representativos que não desvirtuam a relação partido/base pela interferência do clientelismo do Estado.

O apoio direto pela máquina do Estado teve um peso decisivo na eleição de pelo menos 7 dos 16 deputados federais da Arena e de 11 entre

os 25 estaduais. Provavelmente o controle de decisões em algumas autarquias, nas secretarias de turismo e de transportes (sem esquecer o papel mais indireto da Secretaria de Obras) foram os instrumentos de eleição pelos quais a máquina estadual elegeu seus candidatos. A distribuição de benesses diretas aos clubes e cidades do interior por estas secretarias (camisas de futebol, fanfarras etc.), a propiciar pequenas ou grandes vantagens às prefeituras locais e a seus candidatos, assegurou boa votação a muitos arenistas. Não por acaso o número de deputados eleitos na Arena ligados diretamente ao governador que presidiu às eleições parece ter constituído a maior força política oficialista no dia 15 de novembro. O adesismo natural deste tipo de político profissional talvez facilite o novo governador recompor sua força nas câmaras, apesar de que muitos de seus candidatos pessoais – por contarem mais com a Arena do que com a máquina do Estado – foram derrotados nas urnas.

Os dois tipos de mobilização eleitoral mais autenticamente inscritos dentro do jogo político do sistema democrático-representativo foram, indiscutivelmente, aquele baseado na máquina partidária, que já comentei, e o que aparece no item *prestígio pessoal*. Treze dos 29 deputados federais do MDB contra 3 da Arena e 18 dos 45 estaduais, contra 7 da Arena, inscrevem-se nesta categoria. Ela é contudo ambígua. Nela estão provavelmente os deputados que são “políticos profissionais”, sem que eu atribua a este qualificativo um matiz despectivo. Trata-se de um conjunto de representantes que em virtude de uma qualidade pessoal (médico bom e caridoso, advogado de perseguidos políticos ou de pessoas cujas pequenas propriedades rurais ou urbanas estão expostas ao arbítrio do poder público e à grilagem, locutores de programas populares etc.) e da capacidade que possuem para articular-se com organizações voluntárias ou profissionais, obtêm “eleitorado próprio”. Este pode ser de dois tipos: regional ou disperso no estado. Quanto mais esteja o prestígio do deputado ligado a um tema ideológico (defesa da legalidade democrática, por exemplo) ou a um interesse de minoria não localizada espacialmente (negros, por exemplo ou uma denominação protestante), mais sua votação será dispersa e oposta à existência de currais eleitorais. Pelo contrário, quanto mais os interesses aos quais o deputado apela estejam vinculados a áreas específicas, maiores serão as chances de um controle direto e, em certos casos, clientelístico-paternalista, por parte do deputado.

De qualquer forma o número expressivo de deputados eleitos por esta forma de mobilização política (16 federais e 25 estaduais) indica que existe um mecanismo atuante de relacionamento direto entre o eleitor e o representante. O fato do MDB ter eleito muito mais deputados por este processo do que a Arena mostra os limites da “apolitização” do eleitorado mesmo quando este é passível de alguma manipulação direta: não bastou identificar-se com temas, interesses ou formas paternalistas de atuação para que o deputado fosse eleito. Foi preciso que estes processos de mobilização ocorressem *nos quadros de uma campanha oposicionista*.

Poder-se-ia pensar, correlatamente, que a seleção dos candidatos pelo MDB facilitou a concentração de pessoas com prestígio e ligadas a reivindicações várias. As reservas já feitas à forma da escolha de candidatos pelo MDB, sem desqualificar esta hipótese, a restringe. É provável que também na Arena existissem candidatos deste tipo em número suficiente para – se fossem outras as inclinações *políticas* do eleitorado – canalizar as reivindicações específicas. Embora, portanto, estas reivindicações possam, na maioria dos casos, ser definidas num plano de interesses não ideológicos nem político-partidários, em sentido estrito, não se pode explicar o resultado da votação sem que se inclua o componente geral de politização (antes explicado) que levou o MDB a simbolizar e, até certo ponto e secundariamente, a representar uma opinião que, se tem interesses específicos a defender, tem também a expressar um sentimento de oposição ao sistema autoritário vigente.

Uma última nota a este respeito: estas formas de mobilização de apoio de eleitores não são exclusivas. Na categorização da tabela 8 fui obrigado a fazer uma escolha, baseado nas informações, considerando a *forma preferencial* de mobilização eleitoral, mas esta não é exclusiva e o “prestígio pessoal” bem pode estar ligado ao apoio de sindicatos ou de associações voluntárias.

Por fim, convém não minimizar o fato de que, se bem seja certo que a representação dos partidos nas assembleias não conta com trabalhadores nem com representantes diretos de outros segmentos das camadas populares, o número de deputados federais (5) e estaduais (4) do MDB que mobilizaram sua votação através de associações profissionais ou de classes (embora não necessariamente seja este deputado vinculado pessoalmente a estas organizações) é expressivo. Não é sem cabimento pensar que o MDB de São Paulo encontre, neste aspecto, germes para tornar-se um partido que se identifique mais fortemente com os interesses dos assalariados. Não vou discutir aqui o tema, que é complexo, e precisa ser visto no contexto de uma situação partidária que foi *imposta autoritariamente* pelo AI-2 e AI-5 e que, por isto mesmo, abriga em cada partido interesses e tendências muito heterogêneas.

Este último aspecto, o da heterogeneidade partidária, será abordado agora, para encerrar este capítulo. É desnecessário repisar o óbvio: tanto a Arena quanto o MDB foram organizações políticas criadas impositiva e artificialmente. Não obstante, há dois processos que podem ter atuado para homogeneizar mais os partidos: a escolha partidária – entre Arena ou MDB – quando os antigos partidos foram dissolvidos pode ter guardado certa coerência geral entre os deputados que escolheram cada um dos dois partidos, e a renovação dos quadros pode ter feito ingressar pela primeira vez em cada um destes partidos deputados sem ligações com os partidos anteriores. Antes da “lei de fidelidade” para que estes fatores continuassem a operar era necessário alguma coerência e fidelidade pessoal.

TABELA IX
Origem Partidária
(Deputados Federais eleitos em São Paulo)

A: Deputados que sempre pertenceram ao atual partido ou apenas a um outro partido anteriormente à existência dos atuais:

| | Arena | MDB (*) |
|-------------|-------|---------|
| UDN | 3 | - |
| Arena | 2 | - |
| PSP | 2 | - |
| PRT | 1 | - |
| MDB | 1 | 14 |
| PDC | - | 3 |
| PTN | - | 3 |
| PSD | - | 2 |
| PSB | - | 1 |
| MTR | - | 1 |
| Total | 9 | 24 |

B: Deputados que pertenceram a mais de um partido:

| | Arena | MDB |
|------------------|-------|-----|
| PR, UDN | 1 | - |
| PR, PSP | 1 | - |
| PSD, PR | 1 | - |
| PSP, MDB | 1 | - |
| PSD, PSB | - | 1 |
| UDN, Arena | - | 1 |
| PSB, PTB | - | 1 |
| Total | 4 | 3 |

C: Deputados que pertenceram a mais de dois partidos:

| | Arena | MDB |
|---------------------|-------|-----|
| UDN, PSD, MDB | 1 | - |
| PSB, MTR, MDB | 1 | - |
| PST, MTR, MDB | 1 | - |
| PSD, PSP, PDC | 1 | - |
| Total | 4 | - |

* Não obtive informações sobre dois deputados do MDB.

Certas tendências aparecem nitidamente nestes dados. Em primeiro lugar, o número de emedebistas na Câmara Federal que nunca pertenceram a outra agremiação correspondente a quase 2/3 de bancada.⁸

(⁸) Esta tendência (e o mesmo vale para o caso da Assembléia) tem algo a ver, naturalmente, com a *idade* dos deputados. Na medida em que eles são mais jovens, não puderam participar de vida política anterior.

Em segundo lugar, os antigos partidos, quando se trata de deputados que não tiveram mais do que um partido anteriormente, cindiram-se em bloco: considerando os atuais deputados alguns dos antigos partidos persis-

TABELA X
Partidos Políticos a que Pertenceram Anteriormente
(Deputados Federais eleitos em 1974)

| Partido de Origem | Arena | MDB |
|--------------------------|-------|-----|
| Sempre ao atual | 2 | 14 |
| Somente a um outro | 7 | 10 |
| A mais de um outro | 8 | 3 |
| Sem informação | - | 2 |
| Total | 17 | 29 |

Nota: Dos oito deputados da Arena que pertenceram a mais de um outro partido, três já foram eleitos anteriormente pelo M.D.B., enquanto um do M.D.B. já foi eleito pela Arena. Além disso dos sete arenistas que pertenceram somente a um partido antes destas eleições, um foi eleito pelo M.D.B.. Portanto, quatro dos 17 arenistas foram antes emedebistas.

tem só no MDB, outros só na Arena. Por fim, a Arena é bem mais heterogênea quanto à origem partidária de seus deputados federais do que o MDB. Além disso ela aglutinou os deputados que mais tenderam a mudar de partido no passado, bem como conta em seus quadros na Câmara Federal com três ex-emedebistas.

Com relação à Assembléia Legislativa, embora se mantenham as duas primeiras características apontadas para a Câmara Federal, o número de deputados exclusivamente arenistas (6 em 25) já é mais expressivo, indicando certa renovação de quadros. A dispersão das legendas de origem é bem maior, nos dois partidos, embora, como parcialmente ocorreu no caso da Câmara Federal, os deputados dos antigos partidos tenham tendido a passar em bloco para as novas agremiações:

(*)continuação

| Idades | Câmara Federal | | Assembléia Legislativa | |
|-------------------------|----------------|--------|------------------------|--------|
| | Arena | M.D.B. | Arena | M.D.B. |
| 21 - 30 anos | 1 | 2 | 1 | 6 |
| + de 30 a 40 anos | 1 | 7 | 7 | 9 |
| + de 40 anos | 10 | 11 | 12 | 14 |
| Sem informação | 5 | 9 | 5 | 16 |
| Total | 17 | 29 | 45 | 25 |

TABELA XI
Origem Partidária dos Deputados Estaduais
Eleitos em São Paulo em 1974

A: Deputados que sempre pertenceram ao atual partido ou apenas a um outro antes da existência dos atuais:

| Partidos | Arena | M D B |
|----------------------|-------|-------|
| U.D.N. | 4 | - |
| Arena | 6 | - |
| P.S.P. | 3 | 1 |
| P.D.C. | 3 | 1 |
| P.R. | 2 | - |
| P.R.P. | 2 | - |
| P.R.T. | 1 | - |
| P.L. | 1 | - |
| M.D.B. | - | 21 |
| M.T.R. | - | 3 |
| P.T.N. | - | 2 |
| P.S.B. | - | 1 |
| P.S.T. | - | 1 |
| P.T.B. | - | 1 |
| Sem informação | 1 | 1 |
| Total | 23 | 32 |

B: Deputados que pertenceram a mais de um partido:

| Partidos | Arena | M D B |
|--------------------|-------|-------|
| P.T.N. M.D.B. | 1 | - |
| M.T.R. P.T.N. | - | 3 |
| P.T.N. P.D.C. | - | 2 |
| P.T.B. P.S.P. | - | 1 |
| P.T.B. P.R.P. | - | 1 |
| P.T.N. P.T.B. | - | 1 |
| P.S.D. P.S.P. | - | 1 |
| P.S.T. M.T.R. | - | 1 |
| P.T.N. P.R.P. | - | 1 |
| Total | 1 | 11 |

C: Deputados que pertenceram a mais de dois Partidos:

| Partidos | Arena | M D B |
|---------------------------|-------|-------|
| P.S.P. P.R. M.D.B. | 1 | - |
| P.S.T. P.R.T. P.R.P. | - | - |
| M.T.R. P.S.B. | - | 1 |
| P.T.N. P.T.B. P.R. | - | - |
| Arena M.D.B. | - | 1 |
| Total | 1 | 2 |

Estes resultados mostram que no caso da Assembléia Legislativa, a heterogeneidade do MDB é acentuada. Para isto contou possivelmente a origem de muitos atuais emedebistas nos quadros dos vários e instáveis "trabalhismos", tal como os caracterizei no início do capítulo. De qualquer forma, a decantação de certa unidade partidária ao nível da Assembléia Legislativa encontrará provavelmente percalços, não só pelo número de "novos" deputados, como porque os antigos vêm de experiências variadas e amiúde politicamente contraditórias.

TABELA XII

Partidos Políticos a que Pertenceram Anteriormente
os Deputados Estaduais Eleitos em 1974

| Partidos de Origem | Arena | M.D.B. |
|--------------------------|-------|--------|
| Sempre no atual | 6 | 21 |
| Somente a um outro | 16 | 10 |
| A mais de um outro | 2 | 13 |
| Sem informação | 1 | 1 |
| Total | 25 | 45 |

Chama a atenção, por fim, o pequeníssimo peso de alguns antigos partidos nos quadros atuais da vida política: o PTB e o PSD, que nunca foram fortes em São Paulo, quase desapareceram. Com a exceção notória do deputado que hoje preside nacionalmente o MDB e de outro membro da direção nacional da organização, nenhum outro deputado atual tem origem exclusiva no PSD. E o PTB não conta com um só representante atual que tenha pertencido só à sua legenda no passado. (Por outro lado, *grossa modo*, a Arena atual, quando não se compõe por deputados que ingressaram na vida política diretamente no sistema bipartidário, compõe-se de ex-republicanos e ex-deputados do PRP.) Já o MDB recolheu políticos oriundos dos vários trabalhismos paulistas e do partido socialista, com importante contribuição, na Câmara Federal, de expedecistas.

Novamente, portanto, as chances do MDB alcançar relativa homogeneização – à luz deste critério – são maiores do que as da Arena. Enquanto esta abriga deputados com origens políticas tão antagônicas quanto a UDN e o PSP, ou a UDN - PDC, por um lado e o PRP por outro, o MDB recolheu náufragos do antigo regime que rezavam cartilha do popular trabalhismo ou que se inclinavam por alguma legenda mais ideológica esquerdizante, como o PSB e, a partir de certa época, o PDC.

Não está no propósito deste capítulo dar um balanço nas perspectivas políticas do atual sistema partidário, matéria que foi considerada na Introdução. Cabe apenas, nestas considerações finais, retomar o fio da meada que comecei a estender no início do capítulo.

Os dados sugerem que houve certa continuidade no processo político-partidário paulista apesar de 64 e da reforma partidária de 1966. A tendência que procurei identificar antes de 64 no sentido de que a votação popular concentrava sua preferência em certo tipo de legenda e que, apesar de populismo e das limitações políticas então vigentes, aparecia sempre certa identificação entre classe e voto, reapareceu em 1974, agora em novo conduto político-partidário. O mesmo estilo de protesto que em 1946 elegeu Getúlio Vargas senador por São Paulo (estado visto por suas elites como “profundamente antigetulista”), transformou o MDB em partido majoritário. Seria abusivo pensar que existe em funcionamento um sistema partidário capaz de captar a vontade eleitoral e de exercer com legitimidade a representação popular que a teoria democrática requer. Mas é indiscutível que *apesar das distorções* do regime, da artificialidade inicial dos partidos, da baixa democracia interna que neles prevalece e, especialmente, da ausência de um processo efetivo de democratização na sociedade e da predominância de formas enraizadas de desigualdade social e econômica no país, existem germes para que a massa popular (especialmente a dos assalariados) recomece a existir e a atuar politicamente.

Se não considerarmos as hipóteses thermidorianas (que na situação brasileira têm sempre mais de 50% de probabilidade...) a tarefa que caberá à Arena e ao MDB para transformarem-se em partidos reais é árdua mas, pelo menos no caso da oposição, existe no horizonte das possibilidades. Dos poucos dados disponíveis decorre que o MDB se quiser marchar no sentido de constituir-se como um grande partido de massas terá que aumentar a participação popular em seus quadros, vincular-se mais às organizações de base (especialmente profissionais e sindicais), ampliar sua capacidade de representar interesses grupais importantes (por exemplo, as mulheres e sua problemática não apareceram ainda como questão política representada no partido) e, especialmente, terá que atualizar constantemente a temática e a perspectiva oposicionista, evitando os riscos óbvios da cooptação e da política de conchavos na cúpula. A efetividade destes quesitos requer e depende de um grau elevado de democracia interna e de um sistema de capilaridade entre o partido e as organizações da sociedade civil. Esta última, apesar das conhecidas e reais limitações à sua vigência numa sociedade como a brasileira, se tem chances de existir (como tem) é a partir de, ou sobretudo em, São Paulo, estado industrializado e urbanizado.

Mais difícil é a problemática partidária da Arena. Partido oficialista, cujos diretórios se imbricam com a burocracia estatal não foi capaz (como se viu na análise da campanha) sequer de beneficiar-se com o sopro da “modernização conservadora” que o autoritarismo vigente impôs ao país. Apareceu ao eleitorado como “partido fisiológico” por excelência. A dupla condução política a que esteve sujeita – o governador antigo esforçando-se por seus candidatos, no melhor estilo pessepista, através da máquina oficialista e o governador designado tentando dar um cunho